

Notícias



Sob o signo da Ordem

III Congresso dos TOC representou a maior mobilização de sempre

Foi uma demonstração esmagadora de vitalidade da profissão. Ao longo de dia e meio, cerca de cinco mil e 400 Técnicos Oficiais de Contas estiveram reunidos no III Congresso, subordinado ao tema «Construindo o futuro.» Como fez questão de realçar o presidente da Direcção, Domingues de Azevedo, na sessão de abertura, «estamos a assistir ao maior evento que uma organização profissional alguma vez realizou em Portugal.»

A imponência do Pavilhão Atlântico, a qualidade das intervenções, a presença de representantes dos profissionais de todos os países da CPLP, o palco gigante, a projecção de imagens, a qualidade do som e até a possibilidade de seguir, na íntegra e, pela primeira vez, o acontecimento através do *site* da CTOC, com entrevistas e reportagens em permanência, levaram a que o III Congresso registasse, no final, um saldo extremamente positivo.

Porque o contexto convidava a falar de futuro, Sistema de Normalização Contabilística e passagem a Ordem foram dois dos temas obrigatórios na esmagadora maioria das conversas e intervenções. Ante uma vastíssima plateia, coube a Alves da Silva, secretário-geral do III Congresso, a abertura dos trabalhos. E o futuro, sempre ele, foi desde logo aí vincado: «Peço-vos a maior paciência para os novos desafios que aí vêm», alertou o também membro honorário da CTOC, numa clara alusão às alterações que o SNC obrigará. Alves da Silva não escondeu a sua satisfação pelo trajecto que a profissão tem vindo a percorrer, lembrando aos mais de cinco mil profissionais que «hoje somos uma Ordem e eu sinto-me orgulhoso pelo percurso que a profissão percorreu ao longo dos últimos 40 anos.» As palavras mereceram o primeiro grande aplauso do Congresso. Reposto o silêncio, foi a vez do presidente da sessão de abertura usar da palavra. Carlos Tavares,



O imponente Pavilhão Atlântico acolheu o maior evento alguma vez organizado pela CTOC

responsável máximo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), numa intervenção de cariz mais técnico, deixou clara a importância dos TOC, uma vez que «a informação financeira é elemento essencial do mercado de capitais. Quem investe precisa de o fazer com base em informação fidedigna e, por isso, é essencial que a informação nasça com qualidade.» Tavares foi mais longe e desejou que «neste processo que atravessámos, e que acredito seja de regeneração dos mercados, espero que os TOC tenham um papel especial.»

Partindo depois para uma análise sobre os últimos tempos dos mercados financeiros e das razões da sua turbulência, Carlos Tavares não se mostrou, propriamente, um incondicional adepto das normas internacionais de contabilidade, ao afirmar que elas «são baseadas em princípios e, estes, requerem interpretações que, por sua vez, não são uniformes, o que tem originado muitos problemas.» De qualquer forma, reconheceu que «não foram as normas que ditaram as dificuldades das instituições financeiras e afins.» Talvez por isso, o presidente da CMVM, profundo conhecedor dos mecanismos dos mercados e da sua especial psicologia, aconselhou a que o justo valor, «conceptualmente interessante», seja usado «com muita prudência. O justo valor fez o papel de mensageiro em relação à saúde de muitas empresas, trouxe más notícias, mas isso não deve ser razão para se matar o mensageiro. Temos que encontrar um equilíbrio entre o custo histórico e o justo valor.» Carlos Tavares, que se confessou «preocupado» com o facto de ver as normas internacionais de contabilidade serem «discutidas na cimeira do G-20 ou em fóruns semelhantes», uma vez que esses estão longe de serem «os palcos indicados para tais fins», terminou deixando a garantia de que o organismo a que preside «está de portas abertas» para eventuais colaborações e intercâmbios com a CTOC.

«Chegamos até aqui por direito próprio» (Domingues de Azevedo)

A mesa de abertura do Congresso contou ainda com Juarez Domingues Carneiro, vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) do Brasil, em representação da responsável máxima daquele organismo, Maria Clara Bugarim. Numa breve intervenção, este responsável, depois de ter apresentado cumprimentos da sua presidente e de António Lopes de Sá, confessou «a enorme satisfação» por estar, uma vez mais, entre os profissionais portugueses.

O responsável máximo dos TOC lusos falaria de seguida. Domingues de Azevedo mostrou-se convicto de que «estamos a construir as bases para um futuro mais sólido da Contabilidade e da Fiscalidade», antes de endereçar uma «saudação especial aos membros da CPLP» e ao bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto.

Depois, porque o tempo era para falar do futuro, Domingues de Azevedo recordou um pouco do passado para melhor perspectivar os tempos que se avizinham: «Chegamos até aqui por direito próprio. Ninguém nos fez favor algum. Conseguimos ser iguais a outras profissões em 13 anos. Esse reconhecimento não se pede, não se reclama, mas conquista-se.»

Pelo mesmo diapasão afinou o último orador da cerimónia de abertura. «A passagem a Ordem foi uma conquista dos profissionais e Domingues de Azevedo é o grande responsável pelo facto de termos trilhado este caminho.» O presidente da Mesa da AG da CTOC, que não se alongaria muito na sua exposição, confidenciou ainda, em tom humorado, que «às vezes, tenho medo da criatividade e dinamismo excessivo que ele tem.» Houve sorrisos, os inevitáveis aplausos e o registo de que a primeira etapa do III Congresso terminava com “bons receios.”

Seguiu-se a parte técnica. Traduzindo por números: 10 painéis e 26 oradores provenientes de todos os pontos cardeais e dos quatro cantos do mundo, cujo resumo das intervenções pode consultar nas páginas seguintes.



O futuro símbolo da Ordem dos TOC foi revelado



«A Normalização Contabilística»

O primeiro painel do dia foi dedicado ao tema «A Normalização em Portugal.» Avelino Antão presidiu à mesa, enquanto as intervenções de fundo estiveram a cargo de Cunha Guimarães e Lúcia Lima Rodrigues.

A teoria e a prática na profissão (Cunha Guimarães)

«É a história da Contabilidade que distingue a nossa profissão», começou por dizer, em jeito de introdução, Avelino Antão, presidente do Conselho Técnico da Câmara. Joaquim Cunha Guimarães, após homenagear Rogério Fernandes Ferreira e Camilo Cimourdain de Oliveira, abordou a complexa problemática das NIC, tendo salientado que estas «trouxeram uma aproximação ténue da Fiscalidade à Contabilidade.» O presidente do Conselho Fiscal da Câmara e vogal da Comissão de História da Contabilidade lembrou algumas etapas fundamentais para a profissão, começando por destacar, em 1963, o Código da Contribuição Industrial, em 1977, a aprovação do primeiro POC, em 1989, o segundo POC e, finalmente, em 2010, o novo SNC. «A ligação da teoria à prática é cada vez mais importante na profissão», sintetizou.

«Um sonho concretizado» (Lúcia Lima Rodrigues)

O outro orador do primeiro painel foi Lúcia Lima Rodrigues. A presidente da Comissão de História da Contabilidade da CTOC fez uma resenha das etapas ultrapassadas até à adopção de uma linguagem universal. A partir de 2001, o IASB assume-se como o «orientador incontestável» das novas normas mundiais. A alteração dos estatutos da Câmara não podia ser contornada, tendo Lúcia Rodrigues apelidado este momento de «sonho concretizado.» «Em 1983, quando comecei, a profissão não estava organizada. 26 anos depois congratulamo-nos com este reconhecimento que se impunha. A Contabilidade é um bem social», disse.

«Sistema de Normalização Contabilística»

O segundo painel do dia foi dedicado a um dos temas da actualidade: o Sistema de Normalização Contabilística. Numa mesa presidida por Domingos Cravo, presidente da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), Carlos Grenha e Pinheiro Pinto esgrimiram argumentos pró e contra o novo modelo contabilístico.

«Futura Ordem deverá ser efectiva e incisiva» (Carlos Grenha)

Carlos Grenha, um dos autores do livro «Anotações ao SNC» levou até à vasta plateia o tema «O SNC no contexto global.» O orador fez uma breve resenha histórica do percurso que levou à criação do SNC quer numa perspectiva global quer numa perspectiva nacional, recordando a lisura de todo o processo, ao afirmar que nenhum outro documento «esteve tanto tempo em discussão pública e recebeu tantos contributos.» Grenha não tem dúvidas de que será exigido aos TOC «um grande esforço», acentuando também que, face à natureza do tecido empresarial português, «a norma PE será aplicada à generalidade das empresas, o que não trará particulares divergências face àquilo que até hoje os profissionais estavam habituados.» Enumerando depois as vantagens do SNC, Carlos Grenha apontou a modernidade do relato financeiro e a potencial redução do risco de informação como dois dos vectores a ter em conta, apontando, por outro lado, a maior subjectividade e complexidade das normas, entre outros, como pontos negativos. O orador defendeu ainda que a futura Ordem dos TOC deverá ter uma actuação «efectiva, incisiva e de permanente apoio aos profissionais.»

«Endossar as normas para outro país» (Pinheiro Pinto)

A intervenção seguinte, a cargo de José Alberto Pinheiro Pinto, analisou «O SNC e a estrutura empresarial portuguesa.» Humorado quanto baste, mas também crítico feroz, este professor universitário garantiu que não vai «deixar de contestar normas mal feitas só porque me dizem que são inevitáveis.» No seu registo habitual, continuou a disparar, lembrando à plateia que sempre foi «a favor da normalização internacional, mas não desta. É preciso que as normas sejam aceitáveis.» Desfiando uma série de problemas encontrada nas normas, Pinheiro Pinto criticou as opções terminológicas, rematando: «Sou a favor do endosso das normas para outro país.»

Num tom crítico e vibrante, o orador referiu-se ainda à estrutura conceptual como algo que «não serve para nada. Hoje vejo a noção de activo e não sei o que aquilo quer dizer», afirmou, ao mesmo tempo que apontava também a elevada complexidade das normas como outro factor criticável: «Não aconselho a ninguém a sua leitura exaustiva.»



O vice-presidente do CFC, Domingues Carneiro e o presidente da CMVM, Carlos Tavares, participaram na sessão de abertura dos trabalhos

«A Contabilidade Pública»

«As tendências evolutivas da Contabilidade em Portugal» foi o tema escolhido para encerrar os trabalhos da manhã do dia 24. O presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, presidiu a este painel que contou com a presença de João Carvalho e Pedro Camões, responsáveis pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

«Informação mais clara e transparente» (João Carvalho)

Guilherme d'Oliveira Martins resumiu a sua breve intervenção na qualidade de presidente da mesa deste painel à crise mundial: «Os acontecimentos obrigaram a mais exigência, rigor, disciplina e boas contas, contrariando a tendência da ilusão contabilística». O presidente do Tribunal de Contas relevou o trabalho no domínio autárquico em Portugal, onde os «progressos têm sido maiores» do que na administração central, cujos organismos seguem menos as recomendações. João Carvalho lembrou que 12 anos depois da aprovação do POCP, os resultados dos serviços da administração central continuam a revelar escassa fiabilidade», sendo a informação pouco perceptível para o cidadão, devido ao seu grau de complexidade. Por outro lado, o coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses entende que esta publicação tem sido «relevante» para a implementação do POCAL. «É preciso simplificar a informação na administração pública», apelou o especialista que defendeu uma reforma da Contabilidade Pública.

João Carvalho estima, deste modo, o futuro da Contabilidade: «Mais clara e responsável, mais transparente, mais útil e credível para o cidadão, com a responsabilização dos gestores nos gastos públicos e na boa governação.»

«Cultura e orçamento de despesas» (Pedro Camões)

O seu colega de trabalho no Anuário, Pedro Camões, esmiuçou a ideia de *accountability*, uma expressão anglo-saxónica com várias acepções, a saber: prestação de contas, responsabilidade interna e capacidade de dar resposta às necessidades. À semelhança do seu antecessor, Camões salientou a importância da informação do desempenho do sector público e o conceito de prestação de contas, reforçando a confiança entre eleitos e eleitores. Pedro Camões concluiu a sua análise declarando que «apenas uma cultura de desempenho torna possível a execução de um orçamento de desempenho.»

Livro «Anotações ao SNC»

Logo após a pausa para almoço, decorreu a apresentação do livro «Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística», da autoria de Carlos Grenha, Domingos Cravo, Luís Baptista e Sérgio Pontes. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais elogiou os quatro autores pela edição em tempo recorde do primeiro livro sobre esta temática, que efectua uma interpretação normalizada do novo modelo, e que promete transfigurar a face da Contabilidade. «Os receios de mudança de um sistema com 30 anos revelaram-se infundados», rematou o governante.

«Tributação directa»

A sessão vespertina foi dedicada à Fiscalidade. Primeiro à «Tributação directa.» Xavier de Basto presidiu ao painel que trouxe até ao III Congresso Manuel Faustino e Vasco Branco Guimarães.

«IRS: evolução em ziguezague» (Manuel Faustino)

«Tendências recentes da evolução do imposto sobre o rendimento pessoal» foi o título da comunicação de Manuel Faustino. Profundo conhecedor da matéria, o orador começou por falar dos modelos alternativos, passando depois para a abordagem das tendências de reformas recentes, onde enumerou *itens* como o alargamento da base tributária, a redução da progressividade formal, a preocupação com a família, a simplificação ou a discriminação positiva do trabalho. «Onde é que, no futuro, os desempregados de hoje podem deduzir as despesas suportadas com a valorização profissional?», questionou relativamente a este último ponto.

Olhando para os 20 anos de IRS em território nacional, Manuel Faustino, ele que é considerado um dos “pais” do imposto, caracterizou a sua evolução como sendo feita em «ziguezague», alertando para o facto de o IRS se ter «afastado



O presidente do Tribunal de Contas sublinhou que a exigência e o rigor das contas substituíram a «ilusão contabilística»

dos princípios do rendimento líquido», e de se ter assistido a um «aumento excessivo da complexidade.»

Como princípios programáticos para a evolução, Faustino, entre outros pontos, falou na «aceitação do desajustamento actual do princípio constitucional que aponta para a tributação unitária», eliminação de benefícios fiscais que não cumpram a finalidade para que foram criados e, sobretudo, «simplificação e estabilidade.»

«Valorizar o capital» (Vasco Branco Guimarães)

Vasco Branco Guimarães trouxe uma enorme interrogação à sala do Atlântico: «IRC – que futuro?» Depois de passar em revista os tempos remotos do imposto, Guimarães debruçou-se sobre a realidade empresarial portuguesa, alertando para o facto de sermos um país de pequenas e médias empresas e de se registar «ausência de multinacionais relevantes. As nossas grandes empresas não passam da mediania a nível europeu ou mundial», constatou, para diagnosticar, de seguida, um problema complicado: «A grande maioria das PME depende do Estado.»

Por isso, há muitas contradições não resolvidas. Desde a ausência de neutralidade, «ao tratamento discriminatório entre individuais e pessoas colectivas para um mesmo tipo de rendimento», ao não favorecimento da capitalização, este docente universitário de tudo falou. «Somos uma economia aberta sem capital. Diz-se mesmo que favorecemos quem vem de fora e não quem está cá dentro.» Continuando na senda deste raciocínio, o orador evidenciou o estranho *portuguese way of life*: «Quando temos uma grande empresa, é para deitar abaixo. Talvez fosse a altura de ajudarmos quem quer ser grande.»

Por estas e outras razões, Vasco Guimarães não tem dúvidas de que é urgente «melhorar o sistema de IRC para valorizar o capital e, dessa forma, valorizar os empresários portugueses.» Até porque, como fez questão de lembrar «o ciclo da Índia já acabou, o do Brasil e de África também e o do Europa está a terminar. Depois, ficaremos só nós...»

«Tributação indirecta»

Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins presidiu a um painel de oradores cem por cento femini-

no. Angelina Tibúrcio e Clotilde Palma dissertaram sobre a tributação indirecta.

«Directiva moderniza a facturação dos operadores económicos» (Angelina Tibúrcio)

Após as boas-vindas ao painel sobre «Tributação indirecta» por parte de Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins, a primeira intervenção pertenceu a Angelina Tibúrcio, que se debruçou sobre a nova directiva da facturação, «um tema caro aos TOC», como enfatizou, em vigor nos 27 Estados da União Europeia, em 2013. A subdirectora das finanças efectuou uma resenha da evolução da factura, de há 50 anos a esta parte, até aos nossos dias. «A factura é um autêntico título de crédito na posse de um sujeito passivo, mas também serve para a fraude», alertou. O impulso das novas tecnologias, em especial na área do comércio electrónico, abriu caminho aos documentos desmaterializados. A Comissão Europeia, para estimular a factura electrónica e, conseqüentemente, diminuir os custos e combater a fraude e evasão fiscais, elimina alguns obstáculos existentes, com nova proposta aprovada em 2008 e que, previsivelmente, entrará em vigor em 2013, mas está dependente do «jogo de interesses entre Estados membros.» Segundo Angelina Tibúrcio, «esta directiva harmoniza, simplifica e moderniza a facturação dos operadores económicos.»

«Portugal vai perder competitividade» (Clotilde Palma)

Clotilde Celorico Palma centrou a sua intervenção na nova directiva que altera o artigo 6.º do Código do IVA, no que concerne às regras de localização das prestações de serviços. «O “terror” do CIVA vai “emagrecer”, diminuindo patamares, simplificando e racionalizando, mas mantendo, ainda, alguma complexidade ao nível da qualificação das operações», disse. A advogada especialista em Direito Fiscal concluiu a sua dissertação afirmando que «as operações que sofrem mais alterações são as realizadas entre sujeitos passivos e as abrangidas pelas excepções relativas às operações realizadas entre sujeitos passivos e particulares». As conseqüências para Portugal

não são as melhores: a perda de competitividade das novas regras de localização das prestações de serviços de telecomunicações e das prestações de serviços efectuadas por via electrónica. «As empresas sediadas na Madeira vão deslocar-se», prevê Clotilde Palma.

Guilherme Waldemar estima que as alterações das regras de localização «vão criar perturbações e instabilidade aos contribuintes.»

«Os direitos dos contribuintes no procedimento fiscal»

António Carlos dos Santos, membro do GECTOC e professor universitário, presidiu ao painel de encerramento do primeiro dia do Congresso, dedicado aos «Direitos dos contribuintes no procedimento fiscal.»

O «erro imputável aos serviços» (António Moura Portugal)

António Moura Portugal debruçou-se sobre «A revisão dos actos tributários na jurisprudência fiscal portuguesa.» Depois de analisar as garantias dos contribuintes, os respectivos meios impugnatórios e não impugnatórios, o orador debruçou-se sobre os pontos em aberto para a jurisprudência decidir. «Qual a natureza do meio impugnatório? É uma faculdade da administração tributária? Pode negar-se a apreciar o pedido? Quais os prazos para lançar mão desse meio? Quais as conseqüências? Como interpretar as limitações constantes do artigo 78.º da Lei



A profissão nos países da CPLP juntou representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor, para além de Portugal



Geral Tributária? Qual o sentido e alcance da expressão “erro imputável aos serviços”? foram muitas das interrogações deixadas no ar e para as quais o orador apresentaria respostas.

Por exemplo, no tocante aos prazos, Moura Portugal referiu os «120 dias com fundamento em qualquer ilegalidade; quatro anos com fundamento em “erro imputável aos serviços”». Relativamente ao artigo 78.º da LGT, socorrendo-se do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 21 de Janeiro do ano corrente, o jurista lembrou que «erro imputável aos serviços é qualquer erro – de facto ou de direito – englobando qualquer ilegalidade não imputável ao contribuinte.» No que diz respeito ao facto de o pedido de revisão poder ou não suspender a execução fiscal, de acordo com a mais recente corrente jurisprudencial, afirmou o orador, tem sido levada em conta a distinção dos prazos em que a revisão é apresentada. Por outro lado, fora dos prazos de reclamação graciosa tem sido negado o efeito suspensivo.

«Temos um Estado fedorento» (João Ricardo Catarino)

«Tributar e agradar não é acessível aos homens.» A frase de Edmund Burke foi usada com insistência por João Ricardo Catarino para melhor ilustrar a dificuldade existente quando se envereda pela problemática dos impostos. Debruçando-se sobre «Os direitos dos contribuintes no procedimento fiscal», este professor universitário do ISCSP deixou no ar a interrogação: «Temos garantias, mas será que estamos satisfeitos com elas?» Desde logo, apresentou alguns problemas, como a efectivação prática, o facto de o Estado ser o meio de efectivação da tutela, os custos, a morosidade, dificuldade em inovar ou a mentalidade. Sobre este último tópico, Catarino considerou mesmo que «esta é a pior das reformas e esse problema permanece.»

Num estilo muito directo e sem poupar na adjectivação, depois de analisar alguns dos prós e contras da arbitragem como possibilidade de resolução de conflitos e de chegar mesmo a defender que esse caminho «não é compatível com o actual Estado de Direito», Catarino defendeu que «temos um Estado fedorento que necessita de ser arejado. Temos que despir o Estado dos conceitos antigos. O Estado tem que ser uma jurisdição dos cidadãos.» Contudo, lembrou João Ricardo Catarino, «não podemos esperar que o Estado se dispa completamente. O Estado precisa de receitas.»

«Acesso à profissão»

O painel que inaugurou o segundo dia de trabalhos foi dedicado ao «Acesso à profissão.» A reitora da Universidade de Aveiro, Maria Helena Nazaré, presidiu a uma mesa que integrava Ezequiel Fernandes e Maria Amélia Nunes de Almeida.

«Formar profissionais competentes» (Ezequiel Fernandes)

Ezequiel Fernandes, presidente da Comissão de Inscrição da CTOC, destacou a importância do estágio profissional dos TOC como forma de imprimir mais confiança, responsabilidade e sensibilidade para as questões de natureza ética que se deparam ao desempenho da profissão. «Os exames a realizar em 2010 introduzirão as alterações suscitadas pelo novo modelo contabilístico», anunciou Ezequiel Fernandes. «A formação é fundamental no acesso ao exercício profissional, promovendo os valores da exigência e do rigor», acrescentou o responsável da Câmara, tendo reiterado o compromisso da CTOC em contribuir para formar profissionais competentes, restaurando o clima de confiança da informação que é produzida.

«Conhecimento é o principal factor de produção» (Maria Amélia Nunes de Almeida)

Maria Amélia Nunes de Almeida descreveu o «salto qualitativo» operado pela profissão de Técnico Oficial de Contas de 1995 a 2009, culminando com a transformação da Câmara em Ordem. «Este facto aumenta o prestígio da Instituição aos olhos da sociedade», disse a ex-professora coordenadora do ISCAL. A clarificação das funções dos TOC e a alteração da orgânica interna da Instituição, nomeadamente através da criação da figura do bastonário, são algumas das mais relevantes mudanças decorrentes da alteração estatutária. No plano formativo, Amélia Nunes de Almeida alertou para a necessidade de os TOC, os já profissionais e os que agora abraçam esta actividade, estarem preparados para uma mudança constante, em permanente articulação com as instituições de ensino superior, o mercado de trabalho e a Câmara. O segredo para o sucesso é, segundo a docente, a aprendizagem. «O conhecimento é o factor de produção principal, destronando a mão-de-obra e assumindo-se como um elemento capital de competitividade.»

«Ética e deontologia profissional»

O segundo dia de Congresso foi dedicado a questões específicas da profissão. «Ética e deontologia profissional» foi o tema do segundo painel, presidido por uma das grandes referências da Contabilidade portuguesa: Hernâni O. Carqueja.

«Só uma profissão consciente pode exigir respeito» (José António de França)

«Ética na profissão de contabilista (deontologia)» foi apresentado com sotaque. José António de França, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, começou por uma contextualização histórica sobre o que é a ética, definindo-a como «um conjunto de princípios que rege ou orienta a acção das pessoas e das sociedades na busca do equilíbrio.» Relativamente à deontologia, o orador brasileiro definiu-a, num entendimento contextualizado, como «uma ética específica dirigida à conduta do exercício de uma profissão» ou, por outras palavras, «conjunto das obrigações princípios e normas construídas por uma categoria profissional.»

António de França, num contexto global de aplicação das IFRS, deixou no ar diversas interrogações. «A ética profissional do contabilista seria globalizada? A previsão de penalidades levaria em consideração a cultura de cada sociedade?» Seja qual for a resposta, uma coisa parece certa: «Só uma profissão consciente pode exigir ser respeitada.»

«SNC vai criar muitos problemas éticos» (Alberto Barata)

Alberto Barata debruçou-se em profundidade sobre as questões éticas, deontológicas e profissionais. Começando por lançar mão a um pensamento de Benjamim Franklin, de que «a honestidade é a melhor política», este professor universitário passaria depois para a abordagem a alguns pressupostos relevantes para proporcionar um bom desempenho ético, deontológico e profissional, antes de se debruçar sobre questões mais directamente relacionadas com os TOC. «O SNC e a filosofia que lhe está subjacente vão criar muitos problemas éticos aos profissionais pondo em causa os pretendidos patamares mais elevados, face às bases pouco consistentes e subjectivas de muitas das opções tomadas, que representam verdadeiros alcapões para qualquer profissional que se preze, embora possam satisfazer eventuais e po-



A transversalidade dos temas abordados foi a tônica do III Congresso dos TOC

derosos interesses», afirmou o orador, para quem «o estatuto e o prestígio que os TOC hoje desfrutam e as subjacentes responsabilidades sociais, fazem jus às elevadas expectativas da sociedade relativamente ao seu desempenho e seriedade.»

A finalizar, Alberto Barata desejou que os TOC sejam «os garantes da credibilidade da informação financeira e dos interesses da comunidade e não apenas dos gestores e accionistas, uns e outros, quantas vezes, ávidos de prémios, dividendos e mais-valias a qualquer preço!»

«Estatuto e o papel da regulamentação»

Duarte Abecasis presidiu ao painel onde se discutiu de forma mais aprofundada a alteração ao Estatuto da Câmara, por parte do seu responsável máximo. Juarez Domingues Carneiro apresentou a configuração do universo contabilístico do outro lado do Atlântico.

«Oportunidade única para alterar Estatuto» (Domingues de Azevedo)

O presidente da CTOC, Domingues de Azevedo, enunciou as principais alterações ao Estatuto da CTOC, tendo salientado como conquistas a inscrição na futura OTOC de um responsável técnico da sociedade de contabilidade, que assegurará o cumprimento das regras estatutárias e deontológicas, bem como o atendimento preferencial dos TOC em todos os serviços da Direcção-Geral dos Impostos e Direcção-Geral das Alfândegas e impostos especiais sobre o Consumo. «O ano de 2009 ficará, para



O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto e Domingues de Azevedo confraternizam, momentos antes da sessão de abertura do Congresso

sempre, associado à mais importante reforma das regras contabilísticas e da nossa profissão», resumiu o responsável máximo da Câmara. Domingues de Azevedo defendeu ainda que o grande passo que decorre da passagem a Ordem é a igualdade de tratamento da profissão de TOC com outras congéneres. «Esta é uma oportunidade única para alterar o Estatuto. Estamos convencidos de que este é o melhor caminho», acrescentou Domingues de Azevedo aproveitando o ensejo para mostrar o novo símbolo da futura Instituição a todos os presentes.

«Compromisso profissional» (Juarez Domingues Carneiro)

Juarez Domingues Carneiro, vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil, deu a conhecer a estrutura orgânica das entidades contabilísticas do seu país, onde existe um Conselho Federal que superintende 27 conselhos regionais. No Brasil existem mais de 400 mil «contadores» e um número superior a 70 mil organizações contabilísticas. O dirigente do CFC salientou a especificidade da profissão: «As atribuições e as responsabilidades, sejam estas de carácter técnico-profissional ou social, exigem habilidades e competências que somente este profissional pode satisfazer ou atender.» Domingues Carneiro disse ainda que a globalização e a eliminação de fronteiras obrigam a que os TOC estabeleçam compromissos na profissão, em matéria de assuntos internos, e redobrem a sua exigência para com o exterior, em especial devido ao novo mundo econó-

mico que se abre. Uma palavra derradeira para os colegas portugueses: «Parabéns aos TOC de Portugal pela merecida conquista da sua Ordem.»

«A profissão nos países da CPLP»

Os vários sotaques da lusofonia encerraram o III Congresso. O último painel, dedicado à «Profissão nos países da CPLP» foi presidido por Artur Lami, vice-presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), em representação do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Por ordem alfabética, a plateia viu desfilar a descrição de realidades díspares e heterogéneas. Começamos por Angola. Jorge Figueira lembrou que a profissão está ainda «a dar os primeiros passos, alguns deles muito hesitantes», falando, por exemplo, na «ausência quase total de técnicos nas áreas contabilísticas e afins.» A guerra que durante décadas destroçou o país impediu o desenvolvimento e «só de 2002, fruto da paz, é que começamos a olhar em frente, mas havia muitas outras prioridades.» A terminar, o representante angolano enalteceu a ideia conjunta da CTOC e do CFC que visa permitir a transferência de conhecimentos de Portugal e Brasil para os restantes países de língua oficial portuguesa.

Do Brasil, Juarez Domingues Carneiro debruçar-se-ia, sobretudo, sobre o ensino. O vice-presidente do CFC afirmou que, no gigantesco país sul-americano existem «1 052 estabelecimentos de ensino superior a leccionar Contabilidade.» Se o número de escolas impressiona, já a contagem de professores desilude. «Temos um pouco mais de mil mestres e 500 doutores nestas áreas, o que nos deixa com muitas carências a este nível.»

De Cabo Verde, Francisco Lima Fortes trouxe uma realidade promissora. «Esta possibilidade proporcionada pela CTOC de trocarmos experiências com os restantes países de língua portuguesa, é um exemplo de como devemos construir a CPLP», começou por referir o orador que admitiu que o país vive «um período turbulento em termos de Contabilidade, fruto do nosso desenvolvimento económico.» Lima Fortes revelou ainda que «neste momento existe uma comissão instaladora da Ordem com o objectivo de inscrever, recensear e realizar as eleições.»

Da Guiné-Bissau, António Saraiva relatou uma vivência bem mais difícil. Conhecidas as dificuldades e constrangimentos do país, o orador referiu



O Congresso dos TOC revelou-se inovador em vários domínios. Pela primeira vez os novos membros aprovados no último exame receberam os certificados durante o evento e não na sede da CTOC, como tem sido habitual. Um momento muito especial para os 37 novos profissionais que tiveram um «baptismo» de fogo perante a sala repleta do Atlântico

que a profissão «é exercida em regime de exclusividade» e classificou a situação «de um enorme vazio», lembrando que muitos dos lugares disponíveis «são ocupados por profissionais das empresas estrangeiras.» António Saraiva não terminaria sem salientar ainda «a pouca exigência» do fisco. Seguiu-se Moçambique. O representante deste país salientou o facto do quadro legal «ter como fonte de inspiração a legislação portuguesa», referindo ainda que a profissão conheceu «progressos significativos nos últimos dez anos.» Em Moçambique, «não há organização representativa da classe a nível nacional» mas é convicção do orador que «até 2010 teremos a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique.»

«Recusamos ser cobradores de impostos» (Armando Marques)

A profissão em Portugal foi analisada por Armando Marques. O vice-presidente da Direcção da CTOC começou por rever o passado («Quem fomos»), passando para o presente («Quem somos») para perspectivar depois o futuro («Quem queremos ser»). Se o passado é conhecido e o presente é uma evidência, vale a pena destacar o que defendeu Armando Marques para o futuro. No entender deste responsável, «o TOC quer ser o parceiro nas decisões empresariais» mas deixou também o aviso: «O TOC recusa ser o cobrador de impostos por incapacidade de terceiros.» Por outro lado, defendeu o vice-presidente da CTOC, o profissional pretende «ajudar à mudan-

ça de mentalidades nos empresários» e ser «parte da solução para um futuro melhor.»

Armando Marques não esqueceu ainda as questões éticas e deontológicas, referindo que o enfoque no futuro passa por uma «profissão digna, honesta e prestigiada», não terminando sem referir a inevitabilidade do «reconhecimento público da nossa Instituição, com a sua transformação em Ordem.»

Nilton Cravid, em representação de S. Tomé e Príncipe, revelou alguns pormenores interessantes. A classe está regulada por decreto público desde 1994 e existe «a exigência de formação superior em Contabilidade ou áreas afins.» Isto é a teoria, visto que a prática parece ser bem diferente. «Os TOC têm exercido a sua actividade sem qualquer credenciação para o efeito», apontou Cravid. Por isso, num futuro próximo, será urgente «a organização efectiva dos TOC e a introdução do novo plano de Contabilidade», sustentou ainda o orador são-tomense.

Sara Brites Lobo fechou este ciclo dedicado aos países de língua oficial portuguesa. A representante de Timor-Leste traçou um breve retrato da realidade contabilística do seu país, com especial enfoque para as questões em torno da contabilidade pública, salientando o papel fulcral da Direcção Nacional do Tesouro.

«A justiça prevaleceu» (Carlos Lobo)

Antes do encerramento, Alves da Silva, secretário-geral do Congresso, dirigiu uma curta mensagem

aos TOC presentes no Pavilhão Atlântico, começando por lembrar «datas históricas» para os profissionais: 1759, a primeira Aula do Comércio e 2010, com a implementação do SNC e a passagem da CTOC a Ordem. Este profissional, com 50 anos de carreira, referiu que «os contabilistas do futuro serão os preparadores de documentos financeiros substanciados no SNC.» Sobre a alteração do Estatuto da Câmara, considerou tratar-se de uma «nova fronteira», introduzindo redobradas responsabilidades. «Pela frente têm um trabalho extraordinário de leitura, estudo e preparação», alertou.

Domingues de Azevedo classificou o evento como «digno da nossa Instituição e da profissão que abraçamos.» O presidente da CTOC elogiou o «sacrifício profissional e pessoal» que muitos milhares de Técnicos Oficiais de Contas fazem só para frequentarem acções de formação de extrema utilidade para a sua actividade diária. Os números comprovam a justeza destas palavras. Os serviços da CTOC registavam, até ao dia 25 de Setembro, cerca de 97 mil inscrições para as acções de formação promovidas pela Câmara nos últimos quatro meses deste ano. «Esta foi mais uma manifestação de força dos TOC e constitui uma real expressão social da classe. Hoje construímos parte do nosso futuro. Valeu a pena», rematou.

Manuel dos Santos começou por homenagear Rogério Fernandes Ferreira, ausente por motivos de saúde, salientando a «estima e admiração

pelos trabalhos.» O presidente da Mesa da Assembleia-Geral da CTOC congratulou-se pelo êxito dos trabalhos, afirmando, contudo, «que seria necessário mais tempo para debater estas matérias», e pela capacidade de mobilização da Instituição: «A força da CTOC não pode ser ignorada por ninguém.» Manuel dos Santos referiu ainda que «a defesa intransigente da cidadania fiscal e a garantia dos direitos dos contribuintes» deve ser um princípio orientador do sistema tributário, onde se incluem os TOC.

As últimas palavras pertenceram ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo. O governante declarou que «é em tempos de crise que se deve preparar o futuro.» Melhorar o sistema fiscal e contabilístico de forma permanente, preparando as estruturas, foi um dos desafios elencados por Lobo. «Por isso tivemos tanto empenho na aprovação do SNC que os TOC vão implementar», acrescentou. «Portugal tem que estar mais integrado na economia global, recusando a tese do “orgulhosamente sós”.» Sobre os Técnicos Oficiais de Contas, Carlos Lobo destacou o seu papel na «criação de valor», qualificando de «reconhecimento justíssimo» a passagem da Câmara a Ordem profissional. «A forma pouco compreensiva como este acto de justiça foi recebido na Assembleia da República, surpreendeu-me. Deve existir luta política, mas jamais prejudicando os que estão no terreno», confessou. «Felizmente, a justiça prevaleceu», disse.



Os representantes da lusofonia reunidos para a “foto de família” no epílogo dos trabalhos



Novo livro de Cunha Guimarães - «A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal» é o título da mais recente obra de Joaquim da Cunha Guimarães, presidente do Conselho Fiscal e vogal da Comissão de História da Contabilidade da CTOC. O livro, editado pela «Vida Económica», tem 736 páginas e foi apresentado no decurso do III Congresso. Na ocasião, o autor, visivelmente emocionado, confessou que «as motivações para esta obra vêm de longe, dos meus tempos de estudante» e classificou-a como «a cereja em cima do bolo. Parece-me que não serei capaz de fazer nenhuma obra tão importante como esta.»

Domingues de Azevedo, por seu lado, desafiou os TOC a investigarem e publicarem os seus trabalhos. Referindo-se, em concreto, à obra, o presidente da Direcção “desmentiu” o autor garantindo que «esta não é ‘a cereja em cima do bolo’. Outras obras mais importantes se seguirão.»

Este sétimo livro de Cunha Guimarães resulta de uma compilação de 28 artigos – 27 do autor e um de Hernâni O. Carqueja – sobre as três áreas descritas no título e é prefaciado por Domingues de Azevedo. É, igualmente, o corolário da investigação que o autor tem realizado na Comissão de História de Contabilidade da CTOC.

Stock options - Paulo Faria, Renato Pereira e José Vieira dos Reis são os autores do livro «*Stock options – Elementos financeiros, contabilísticos e fiscais*» apresentado no segundo dia do III Congresso. Com prefácio de Domingues de Azevedo, e editado pela Bnomics, esta obra, referiu Paulo Faria, debruça-se sobre um tema «com investigação incipiente em Portugal, mas que ganhou nova luz com as normas internacionais de contabilidade.»



Na sessão de lançamento, Domingues de Azevedo salientou que a obra «trata de um tema que começa a fazer parte da vida das nossas empresas» e regozijou-se com o «interesse que os TOC têm revelado na publicação de livros», salientando que «há dez anos era impensável assistirmos a lançamentos com esta regularidade.»

Nota: A maioria das comunicações do III Congresso pode ser consultada, na íntegra, na «Pasta TOC».